



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

*Comissão dos Assuntos Externos*

**2011/0415(COD)**

15.6.2012

# **ALTERAÇÕES 25 - 100**

**Projeto de relatório**

**Elmar Brok**

(PE487.763v01-00)

sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece regras e procedimentos comuns para a execução dos instrumentos de ação externa da União

Proposta de regulamento

(COM(2011)0842 – C7-0494/2011 – 2011/0415(COD))

AM\904425PT.doc

PE491.141v01-00

**PT**

*Unida na diversidade*

**PT**

AM\_Com\_LegReport

**Alteração 25**  
**Sabine Lösing, Willy Meyer**

**Proposta de regulamento**  
**Considerando 2-A (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

*(2-A) Os documentos que definem os objetivos, prioridades, resultados esperados e atribuição de recursos financeiros em termos gerais são documentos de programação estratégica. A fim de assegurar um controlo democrático integral, a transparência e a participação do processo de desenvolvimento, adoção e revisão desses documentos, estes deverão ser elaborados pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, deliberando de acordo com o processo legislativo ordinário nos termos do artigo 294.º do TFUE, com base no artigo 209.º n.º1 e 212 n.º2 do TFUE.*

Or. en

**Alteração 26**  
**María Muñoz De Urquiza, Ioan Mircea Pașcu**

**Proposta de regulamento**  
**Considerando 3-A (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

*(3-A) A implementação destes instrumentos deve ser avaliada com base em indicadores concretos de desempenho que estão sujeitos aos objetivos especificados para cada instrumento no que respeita às necessidades e circunstâncias de cada país beneficiário; estes indicadores de rendimento devem abranger, inter alia, os domínios do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais; eleições*

*suficientemente monitorizadas, livres e justas, o Estado de Direito, a independência do poder judicial; o controlo democrático sobre as forças armadas e as forças de segurança; a proteção das minorias; o grau de corrupção; a descentralização e a democracia local; medição das disparidades económicas internas, incluindo os níveis de emprego e a evolução em direção à justiça social; a situação da sociedade civil e a igualdade entre homens e mulheres.*

Or. en

**Alteração 27**  
**Sabine Lösing, Willy Meyer**

**Proposta de regulamento**  
**Considerando 4**

*Texto da Comissão*

(4) Tendo em conta a natureza - ***programação estratégica ou*** execução financeira - desses ***atos de execução***, nomeadamente as suas implicações orçamentais, deve, ***em geral***, ser utilizado para a sua adoção o procedimento de exame, ***exceto no que se refere a medidas de reduzida dimensão financeira***. Contudo, a Comissão deve adotar atos de execução imediatamente aplicáveis quando, em casos devidamente justificados relacionados com a necessidade de uma resposta rápida por parte da União, imperativos de urgência assim o exigirem.

*Alteração*

(4) Tendo em conta a natureza - execução financeira - desses ***programas de ação anuais ou plurianuais***, nomeadamente as suas implicações orçamentais, deve ***sempre*** ser utilizado para a sua adoção o procedimento de exame. Contudo, a Comissão deve adotar atos de execução imediatamente aplicáveis quando, em casos devidamente justificados relacionados com a necessidade de uma resposta rápida por parte da União, imperativos de urgência assim o exigirem.

Or. en

**Alteração 28**  
**Norica Nicolai**

**Proposta de regulamento**  
**Considerando 4**

*Texto da Comissão*

(4) Tendo em conta a natureza - programação estratégica ou execução financeira - desses atos de execução, nomeadamente as suas implicações orçamentais, deve, em geral, ser utilizado para a sua adoção o procedimento de exame, exceto no que se refere a medidas de reduzida dimensão financeira. Contudo, a Comissão deve adotar atos de execução imediatamente aplicáveis quando, em casos devidamente justificados relacionados com a necessidade de uma resposta rápida por parte da União, imperativos de urgência assim o exigirem.

*Alteração*

(4) Tendo em conta a natureza - programação estratégica ou execução financeira - desses atos de execução, nomeadamente as suas implicações orçamentais, deve, em geral, ser utilizado para a sua adoção o procedimento de exame, exceto no que se refere a medidas de reduzida dimensão financeira, ***salvo se as ditas medidas disserem respeito a assuntos de grande importância para a UE***. Contudo, a Comissão deve adotar atos de execução imediatamente aplicáveis quando, em casos devidamente justificados relacionados com a necessidade de uma resposta rápida por parte da União, imperativos de urgência assim o exigirem.

Or. en

**Alteração 29**  
**Nadezhda Neynsky**

**Proposta de regulamento**  
**Considerando 4**

*Texto da Comissão*

(4) Tendo em conta a natureza - programação estratégica ou execução financeira - desses atos de execução, nomeadamente as suas implicações orçamentais, deve, em geral, ser utilizado para a sua adoção o procedimento de exame, exceto no que se refere a medidas de reduzida dimensão financeira. Contudo, a Comissão deve adotar atos de execução imediatamente aplicáveis quando, em casos devidamente justificados relacionados com a necessidade de uma resposta rápida por parte da União, imperativos de urgência assim o exigirem.

*Alteração*

(4) Tendo em conta a natureza - programação estratégica ou execução financeira - desses atos de execução, nomeadamente as suas implicações orçamentais, deve, em geral, ser utilizado para a sua adoção o procedimento de exame, exceto no que se refere a medidas de reduzida dimensão financeira. Contudo, a Comissão deve adotar atos de execução imediatamente aplicáveis quando, em casos devidamente justificados relacionados com a necessidade de uma resposta rápida por parte da União, imperativos de urgência assim o exigirem. ***O Parlamento Europeu***

*deve ser devida e imediatamente informado a este respeito. Todas as medidas adotadas devem também ter em conta as disposições relevantes do Regulamento (UE) n.º [...] do Parlamento Europeu e do Conselho sobre as normas financeiras aplicáveis ao orçamento anual da União (a seguir «o Regulamento Financeiro»).*

---

*1 COM (2010)0815.*

Or. en

**Alteração 30**  
**Sabine Lösing, Willy Meyer**

**Proposta de regulamento**  
**Considerando 4-A (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

*(4-A) O procedimento de exame deve sempre ser utilizado para adoção dessas medidas individuais, medidas especiais e medidas de apoio.*

Or. en

**Alteração 31**  
**Nadezhda Neynsky**

**Proposta de regulamento**  
**Considerando 6**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

(6) Para a execução de instrumentos financeiros, quando a gestão da operação é confiada a um intermediário financeiro, a decisão da Comissão deve incluir, em especial, disposições relativas à partilha de riscos, à remuneração do intermediário

(6) Para a execução de instrumentos financeiros, quando a gestão da operação é confiada a um intermediário financeiro, a decisão da Comissão deve incluir, em especial, disposições relativas à partilha de riscos, à remuneração do intermediário

responsável pela execução, à utilização e reutilização dos fundos e a eventuais lucros.

responsável pela execução, à utilização e reutilização dos fundos e a eventuais lucros, ***tendo em conta as disposições relevantes do Regulamento Financeiro. Quando os instrumentos financeiros já não forem considerados necessários, podem ser cessados de acordo com as condições estabelecidas no presente regulamento.***

Or. en

**Alteração 32**  
**Nadezhda Neynsky**

**Proposta de regulamento**  
**Considerando 8**

*Texto da Comissão*

***(8) Embora as necessidades de financiamento da assistência externa da União estejam a aumentar, a situação económica e orçamental da União limita os recursos disponíveis para tal assistência. Por conseguinte, a Comissão deve procurar utilizar o mais eficazmente possível os recursos disponíveis, recorrendo nomeadamente a instrumentos financeiros com um efeito de alavanca. Este efeito de alavanca será aumentado se se permitir*** uma utilização e reutilização dos fundos investidos e gerados pelos instrumentos financeiros.

*Alteração*

***(8) A Comissão deve ter como objetivo a criação de sinergias orçamentais entre as medidas nacionais, da União, multilaterais e internacionais e os instrumentos existentes evitando qualquer potencial sobreposição e, por conseguinte, deve procurar utilizar o mais eficazmente possível os recursos disponíveis sem comprometer a utilização justa e equitativa dos recursos da União, recorrendo nomeadamente a instrumentos financeiros com um efeito de alavanca, permitindo*** uma utilização e reutilização dos fundos investidos e gerados pelos instrumentos financeiros ***de acordo com as disposições relevantes do Regulamento Financeiro.***

Or. en

**Alteração 33**  
**Franziska Katharina Brantner**  
em nome do Grupo Verts/ALE

**Proposta de regulamento**  
**Considerando 8-A (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

***(8-A) A ação externa da União ao abrigo dos instrumentos que são objeto do presente regulamento deve ter um impacto que se reflita em mudanças concretas nos países beneficiários e nos países parceiros. Esse impacto deve ser controlado e avaliado com base em indicadores predefinidos, claros, transparentes e quantificáveis, adaptados às especificidades de cada instrumento e de cada situação.***

Or. en

**Alteração 34**  
**María Muñoz De Urquiza, Ioan Mircea Pașcu**

**Proposta de regulamento**  
**Considerando 8-A (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

***(8-A) A ação externa da União ao abrigo dos instrumentos que são objeto do presente regulamento deve ter um impacto que se reflita em mudanças concretas nos países beneficiários e nos países parceiros. Esse impacto deve ser controlado e avaliado com base em indicadores predefinidos, claros, transparentes e quantificáveis, adaptados às especificidades de cada instrumento, baseados em objetivos que respeitem as necessidades e circunstâncias de cada país beneficiário.***

Or. en



**Alteração 35**  
**Sabine Lösing, Willy Meyer**

**Proposta de regulamento**  
**Considerando 8-A (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

*(8-A) Os instrumentos financeiros externos como instrumento da ação externa da União devem orientar-se pelos princípios da igualdade, solidariedade e respeito pelos princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional; a universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e o respeito da dignidade humana, o princípio da democracia e do Estado de Direito e um compromisso estrito com uma resolução de conflitos puramente civil e pacífica. A este propósito, as medidas tomadas ao abrigo dos instrumentos devem ser coerentes com tais princípios.*

Or. en

**Alteração 36**  
**Alexander Graf Lambsdorff**

**Proposta de regulamento**  
**Considerando 8-A (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

*(8-A) Para garantir a visibilidade da assistência da União para os cidadãos dos países beneficiários e da União deve haver, sempre que tal for oportuno, comunicações e informações objetivas através dos meios adequados, tendo devidamente em conta as especificidades de cada instrumento. A este respeito, a Comissão deve definir requisitos mínimos adequados em estreita cooperação com os beneficiários, e o respeito desses*

*requisitos deve ser controlado. Esta disposição não se deve aplicar ao IEDDH, em que a confidencialidade dos beneficiários é importante.*

Or. en

**Alteração 37**  
**Kristian Vigenin**

**Proposta de regulamento**  
**Considerando 8-A (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

*(8-A) A assistência financeira sob a forma de apoio orçamental deve ser concedida somente quando tiverem sido dadas garantias adequadas relativas à qualidade da gestão da despesa pública, ao controlo democrático e às capacidades de auditoria pelo país beneficiário.*

Or. en

**Alteração 38**  
**Marian Harkin, Catherine Bearder, Richard Howitt**

**Proposta de regulamento**  
**Considerando 10-A (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

*(10-A) O conjunto comum de regras e de procedimentos deve ser coerente com a Convenção das Nações Unidas sobre os direitos das pessoas com deficiência (UNCRPD), que entrou em vigor quanto à União em 22 de janeiro de 2010 nos termos da Decisão 2010/48 do Conselho de 26 de novembro de 2009 relativa à celebração, pela Comunidade, da Convenção das Nações Unidas sobre os direitos das pessoas com deficiências<sup>1</sup>, e à*

---

<sup>1</sup>JO L 1 de 27.01.10, p. 35.

<sup>2</sup> COM (2010)0636.

Or. en

**Alteração 39**  
**Nadezhda Neynsky**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 1 – n.º 3**

*Texto da Comissão*

3. Na aplicação do presente regulamento, a Comissão deve, se possível e adequado em função da natureza das ações, favorecer a utilização dos procedimentos mais flexíveis, a fim de assegurar uma execução eficaz e eficiente.

*Alteração*

3. Na aplicação do presente regulamento, a Comissão deve, se possível e adequado em função da natureza das ações, favorecer a utilização dos procedimentos mais flexíveis, a fim de assegurar uma execução eficaz e eficiente ***sem comprometer a utilização legítima dos fundos da União e sem prejudicar os poderes da autoridade orçamental.***

Or. en

**Alteração 40**  
**Franziska Katharina Brantner**  
em nome do Grupo Verts/ALE

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 1 – n.º 3-A (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

***3-A. A União assenta nos valores da democracia, do Estado de Direito, do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais e procura desenvolver e consolidar estes valores nos países e regiões parceiros através do***

*diálogo e da cooperação.*

*São integradas em todos os programas as seguintes questões transversais: promoção dos direitos humanos, igualdade de género, emancipação da mulher, não-discriminação, democracia, boa governação, direitos da criança e dos povos indígenas, inclusão social e direitos das pessoas com deficiência, sustentabilidade ambiental, incluindo o combate às alterações climáticas.*

*Deve ser dada particular atenção ao reforço do Estado de Direito, à melhoria do acesso à justiça e ao apoio à sociedade civil, ao comércio e ao desenvolvimento sustentável, ao acesso às TIC, à saúde e à segurança alimentar, bem como à promoção do diálogo, participação e reconciliação, e desenvolvimento institucional.*

Or. en

#### **Alteração 41**

**Ana Gomes**

#### **Proposta de regulamento**

#### **Artigo 1 – n.º 3-A (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

*3-A. Ao implementar o presente regulamento, a promoção e proteção da igualdade de género, dos direitos da criança, dos direitos dos povos indígenas, dos direitos das pessoas com deficiência, e princípios como a emancipação, participação, não-discriminação de grupos vulneráveis e responsabilidade devem ser integrados.*

Or. en

**Alteração 42**  
**Sabine Lösing, Willy Meyer**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 2 – n.º 1 – parágrafo 1**

*Texto da Comissão*

A Comissão adota programas de ação anuais *ou plurianuais, se necessário com base nos* documentos de programação *indicativa* mencionados no instrumento aplicável.

*Alteração*

A Comissão adota programas de ação anuais, *que se baseiam e de acordo com, os* documentos de programação *estratégica* mencionados no *artigo 2.º, n.º 1-A.*

Or. en

**Alteração 43**  
**Norica Nicolai**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 2 – n.º 1 – parágrafo 2**

*Texto da Comissão*

A título excecional, nomeadamente nos casos em que um programa de ação ainda não tenha sido adotado, a Comissão pode, com base nos documentos de programação indicativa, adotar medidas individuais de acordo com as mesmas regras e procedimentos que os programas de ação.

*Alteração*

A título excecional, nomeadamente nos casos em que um programa de ação ainda não tenha sido adotado, a Comissão pode, com base nos documentos de programação indicativa, adotar medidas individuais *caso a caso*, de acordo com as mesmas regras e procedimentos que os programas de ação.

Or. en

**Alteração 44**  
**Franziska Katharina Brantner**  
em nome do Grupo Verts/ALE

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 2 – n.º 1 – parágrafo 3**

*Texto da Comissão*

Em *caso de necessidades*, circunstâncias

*Alteração*

Em circunstâncias ou compromissos

ou compromissos imprevistos e devidamente justificados, a Comissão pode adotar medidas especiais não previstas nos documentos de programação *indicativa*. Podem igualmente ser adotadas medidas especiais para facilitar a transição da fase de ajuda de emergência para operações de desenvolvimento a longo prazo, nomeadamente medidas destinadas a preparar melhor as populações para crises recorrentes.

*especiais* imprevistos e devidamente justificados, a Comissão pode adotar medidas especiais não previstas nos documentos de programação *estratégica*. Podem igualmente ser adotadas medidas especiais para facilitar a transição da fase de ajuda de emergência para operações de desenvolvimento a longo prazo, nomeadamente medidas destinadas a preparar melhor as populações para crises recorrentes.

Or. en

**Alteração 45**  
**Sabine Lösing, Willy Meyer**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 2 – n.º 1-A (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

***1-A. Os documentos que definem os objetivos, prioridades, resultados esperados e atribuição de recursos financeiros em termos gerais são documentos de programação estratégica.***

***Esses documentos serão elaborados pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, deliberando em conformidade com o processo legislativo ordinário nos termos do artigo 294.º do TFUE, com base nos artigos 209.º, n.º 1 e 212.º, n.º 2 do TFUE.***

Or. en

**Alteração 46**  
**Sabine Lösing, Willy Meyer**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 2 – n.º 2 – parágrafo 1**

*Texto da Comissão*

Os programas de ação e as medidas individuais previstas no n.º 1, ***relativamente aos quais a assistência financeira da União seja superior a 10 milhões de EUR, e as medidas especiais, relativamente às quais a assistência financeira da União seja superior a 30 milhões de EUR devem ser*** adotados em conformidade com o procedimento de exame referido no artigo 15.º, n.º 3.

*Alteração*

Os programas de ação e as medidas individuais e especiais a que se refere o n.º 1 ***serão sempre*** adotados de acordo com o procedimento de exame referido no artigo 15.º, n.º 3.

Or. en

**Alteração 47**

**Sabine Lösing, Willy Meyer**

**Proposta de regulamento**

**Artigo 2 – n.º 2 – parágrafo 2**

*Texto da Comissão*

***O referido procedimento não é exigido para os programas de ação e para as medidas cujo montante seja inferior aos limiares acima mencionados, nem para alterações não substanciais a tais programas e medidas. As alterações não substanciais consistem em adaptações técnicas, tais como a prorrogação do prazo de execução, a reafetação de fundos no âmbito do orçamento previsional ou o aumento ou redução do orçamento em menos de 20 % do orçamento inicial, desde que estas alterações não afetem de forma substancial os objetivos do programa de ação ou da medida iniciais. Nesse caso, os programas de ação e as medidas, bem como as alterações não substanciais neles introduzidas, devem ser comunicados ao Parlamento Europeu e ao Conselho no prazo de um mês a contar da sua adoção.***

*Alteração*

***Suprimido***

**Alteração 48**  
**Franziska Katharina Brantner**  
em nome do Grupo Verts/ALE

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 2 – n.º 2-A (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

***2-A. As medidas individuais previstas no n.º 1, relativamente às quais a assistência financeira da União seja superior a 10 milhões de EUR, e as medidas especiais, relativamente às quais a assistência financeira da União seja superior a 20 milhões de EUR devem ser adotadas em conformidade com o procedimento de exame referido no artigo 15.º, n.º 2.***

**Alteração 49**  
**Franziska Katharina Brantner**  
em nome do Grupo Verts/ALE

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 2 – n.º 3**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

3. No caso de imperativos de urgência devidamente justificados, tais como situações de crise, de pós-crise e de fragilidade ou de ameaças à democracia, ao Estado de direito, aos direitos humanos ou às liberdades fundamentais, a Comissão pode adotar ***atos de execução*** imediatamente aplicáveis, incluindo alterações a programas de ação e medidas existentes, em conformidade com o procedimento referido no artigo 15.º, n.º 4.

3. No caso de imperativos de urgência devidamente justificados, tais como situações de crise, de pós-crise e de fragilidade ou de ameaças à democracia, ao Estado de direito, aos direitos humanos ou às liberdades fundamentais, a Comissão pode adotar ***medidas especiais*** imediatamente aplicáveis, incluindo alterações a programas de ação e medidas existentes, em conformidade com o procedimento referido no artigo 15.º, n.º 4.



Or. en

**Alteração 50**

**Marian Harkin, Catherine Bearder, Evgeni Kirilov, Richard Howitt**

**Proposta de regulamento**

**Artigo 2 – n.º 4-A (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

***4-A. Realizar-se-á, a nível de projeto, uma monitorização adequada da implementação da UNCRPD, incluindo a acessibilidade, a não-discriminação e o apoio a organizações de pessoas deficientes. A participação dos interessados deve ser assegurada.***

Or. en

**Alteração 51**

**Nadezhda Neynsky**

**Proposta de regulamento**

**Artigo 3 – n.º 2 – alínea a)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

(a) Atividades de estudos, reuniões, informação, sensibilização, formação e publicação e quaisquer outras despesas administrativas ou de assistência técnica necessárias para a gestão das ações;

(a) Atividades de estudos, reuniões, informação, sensibilização, formação, ***preparação e intercâmbio de lições aprendidas e de melhores práticas***, publicação e quaisquer outras despesas administrativas ou de assistência técnica necessárias para a gestão das ações;

Or. en

**Alteração 52**

**Sabine Lösing, Willy Meyer**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 3 – n.º 2 – alínea a)**

*Texto da Comissão*

(a) Atividades de estudos, reuniões, informação, sensibilização, formação e publicação e quaisquer outras despesas administrativas ou de assistência técnica necessárias para a gestão das ações;

*Alteração*

(a) Atividades de estudos, reuniões, informação, sensibilização, formação e publicação e quaisquer outras despesas administrativas ou de assistência técnica necessárias para a gestão das ações  
***puramente civis;***

Or. en

**Alteração 53**  
**Nadezhda Neynsky**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 3 – n.º 2 – alínea c)**

*Texto da Comissão*

(c) Despesas relacionadas com ações de informação e comunicação, incluindo a comunicação institucional sobre as prioridades políticas da União.

*Alteração*

(c) Despesas relacionadas com ações de informação e comunicação, incluindo ***o desenvolvimento de estratégias de comunicação e*** a comunicação institucional sobre as prioridades políticas da União.

Or. en

**Alteração 54**  
**Sabine Lösing, Willy Meyer**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 3 – n.º 3**

*Texto da Comissão*

3. Podem ser financiadas medidas de apoio fora do âmbito dos documentos de programação indicativa. Sempre que aplicável, a Comissão adota medidas de apoio em conformidade com o

*Alteração*

3. Podem ser financiadas medidas de apoio fora do âmbito dos documentos de programação indicativa. Sempre que aplicável, a Comissão adota medidas de apoio em conformidade com o

procedimento *consultivo* referido no artigo 15.º, n.º 2.

procedimento *de exame* referido no artigo 15.º, n.º 3.

Or. en

#### **Alteração 55**

**Marian Harkin, Catherine Bearder, Evgeni Kirilov, Richard Howitt**

#### **Proposta de regulamento**

#### **Artigo 3 – n.º 3-A (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

***3-A. As medidas de apoio garantirão que sejam observados critérios de acessibilidade para pessoas com deficiência.***

Or. en

#### **Alteração 56**

**Rosa Estaràs Ferragut, José Ignacio Salafranca Sánchez-Neyra, Richard Howitt**

#### **Proposta de regulamento**

#### **Artigo 3 – n.º 3-A (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

***3-A. As acções apoiadas garantirão que sejam observados critérios de acessibilidade para pessoas com deficiência.***

Or. en

#### *Justificação*

*The European Union concluded the United Nations Convention on the Rights of Persons with Disabilities (UNCRPD) on 23rd December 2012 and it entered into force for the European Union in January 2011. The conclusion of this Convention means a change in the way that the main policies of the European Union are addressed since the Human Rights approach to disability has to be now a priority of all actions. There are a number of articles in the UNCRPD of utmost importance for the European external action. In particular for this new*

*article is Article 9 on Accessibility which is also linked to Article 32 on International Cooperation. Other important regulations such as the General Regulation for the Structural Funds have included accessibility for people with disabilities as a horizontal criteria. It will be a contradiction for the EU that it preserves accessible criteria for built environment, information, ICT, and so on inside the borders of the European Union while promoting barriers for disabled people outside the EU. It will be also in contradiction with legal obligations coming from the UN CRPD*

**Alteração 57**  
**Mario Mauro**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 3-A (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

**Artigo 3.º-A**

*Para além da garantia fornecida pela União Europeia para empréstimos concedidos pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) a países terceiros, sempre que possível explorar-se-ão todas as oportunidades para combinar os fundos disponíveis ao abrigo do instrumento criado pelo presente regulamento com a capacidade de empréstimo do BEI através de mecanismos financeiros inovadores (blending) e para aumentar a cooperação com o BEI.*

Or. en

**Alteração 58**  
**Sabine Lösing, Willy Meyer**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 4 – n.º 1 – parágrafo 1 – alínea d)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

*(d) Contribuições para fundos fiduciários, criados pela Comissão;*

**Suprimido**

Or. en

### **Alteração 59**

**Sabine Lösing, Willy Meyer**

#### **Proposta de regulamento**

**Artigo 4 – n.º 1 – parágrafo 1 – alínea e)**

##### *Texto da Comissão*

(e) Instrumentos financeiros, tais como empréstimos, garantias, ***entradas de capitais próprios ou instrumentos equiparáveis***, investimentos ou participações e instrumentos de partilha de riscos, eventualmente combinados com subvenções;

##### *Alteração*

(e) Instrumentos financeiros, tais como empréstimos, garantias, investimentos ou participações e instrumentos de partilha de riscos, eventualmente combinados com subvenções;

Or. en

### **Alteração 60**

**Sabine Lösing, Willy Meyer**

#### **Proposta de regulamento**

**Artigo 4 – n.º 1 – parágrafo 1 – alínea f)**

##### *Texto da Comissão*

(f) Tomadas de ***participações*** em instituições financeiras internacionais, incluindo bancos de desenvolvimento regional.

##### *Alteração*

(f) Tomadas de ***quotas*** em instituições financeiras internacionais, incluindo bancos de desenvolvimento regional.

Or. en

### **Alteração 61**

**Nadezhda Neynsky**

#### **Proposta de regulamento**

**Artigo 4 – n.º 1 – parágrafo 1 – alínea f)**

*Texto da Comissão*

(f) Tomadas de participações em instituições financeiras internacionais, incluindo bancos de desenvolvimento regional.

*Alteração*

(f) Tomadas de participações em instituições financeiras internacionais, incluindo bancos de desenvolvimento regional ***mas excluindo os bancos nacionais de Estados-Membros.***

Or. en

**Alteração 62**

**Marian Harkin, Catherine Bearder, Richard Howitt**

**Proposta de regulamento**

**Artigo 4 – n.º 1 – parágrafo 1 – alínea f-A) (nova)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

***(f-A) As subvenções globais podem assegurar projetos de pequena dimensão para grupos vulneráveis.***

Or. en

**Alteração 63**

**Rosa Estaràs Ferragut, José Ignacio Salafranca Sánchez-Neyra, Richard Howitt**

**Proposta de regulamento**

**Artigo 4 – n.º 1 – parágrafo 1 – alínea f-A) (nova)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

***(f-A) As subvenções globais podem assegurar projetos de pequena dimensão para grupos vulneráveis.***

Or. en

*Justificação*

*O mecanismo das subvenções globais é autorizado na implementação de instrumentos para a política de coesão na UE e é um mecanismo fundamental para pequenas organizações da*

*sociedade civil e outros interessados poderem aceder aos fundos e para não limitar a implementação a outros tal como grandes empresas privadas e autoridades regionais. Tal estará de acordo com a participação da sociedade civil na implementação das acções externas.*

#### **Alteração 64**

**María Muñiz De Urquiza, Ioan Mircea Paşcu**

#### **Proposta de regulamento**

#### **Artigo 4 – n.º 1 – parágrafo 1-A (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

*A assistência financeira sob a forma de apoio orçamental, como prevista na alínea c) do primeiro parágrafo do n.º 1, e em conformidade com o artigo XXX do Regulamento (CE) n.º1605/2002 do Conselho, de 25 de junho de 2002, que institui o Regulamento Financeiro aplicável ao orçamento geral das Comunidades Europeias, está sujeita a objetivos quantificáveis, metas claras, critérios de desempenho e normas de auditoria transparentes, fiáveis e eficazes, para garantir a eficácia da utilização dessa forma de assistência. Antes de aprovar qualquer tipo de decisão de financiamento, a Comissão assegura que o governo do país parceiro em questão dá garantias de que estabeleceu controlo parlamentar e capacidades de auditoria a nível nacional, incluindo o acesso público à informação. A União apoiará os países que ainda não tenham tais capacidades a estabelecê-las e a criarem, entretanto, um sistema provisório equivalente que ofereça à UE a garantia de uma utilização transparente e eficaz dos fundos atribuídos.*

---

*JO L 248 de 16.09.02, p. 1.*

Or. en

**Alteração 65**  
**Norica Nicolai**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 4 – n.º 1 – parágrafo 2**

*Texto da Comissão*

A assistência financeira da União pode igualmente ser prestada, em conformidade com o Regulamento Financeiro, através de contribuições para fundos internacionais, regionais ou nacionais, tais como os instituídos ou geridos pelo Banco Europeu de Investimento, por organizações internacionais, por Estados-Membros ou por países e regiões parceiros, a fim de mobilizar o financiamento conjunto de vários doadores, ou para fundos instituídos por um ou vários doadores com vista à execução conjunta de projetos.

*Alteração*

A assistência financeira da União pode igualmente ser prestada, em conformidade com o Regulamento Financeiro, através de contribuições para fundos internacionais, regionais ou nacionais, tais como os instituídos ou geridos pelo Banco Europeu de Investimento, por organizações internacionais **e nacionais**, por Estados-Membros ou por países e regiões parceiros, **agrupamentos de atores transnacionais públicos e privados** a fim de mobilizar o financiamento conjunto de vários doadores, ou para fundos instituídos por um ou vários doadores com vista à execução conjunta de projetos, **e tal será devidamente tido em conta no âmbito dos poderes de supervisão financeira do Parlamento.**

Or. en

**Alteração 66**  
**Sabine Lösing, Willy Meyer**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 4 – n.º 1-A (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

***1-A. A assistência financeira sob a forma de apoio orçamental prevista na alínea c) será gasta em prossecução dos objetivos de desenvolvimento do milénio e não será orientada por interesses políticos ou geoestratégicos da União. A sua eficácia será avaliada com base em critérios locais, que serão desenvolvidos e***



*concebidos em cooperação tão estreita quanto possível com o país beneficiário e o seu governo, em consulta com uma vasta representação da sociedade civil, e deve ser aprovada pelos parlamentos nacionais. A fim de assegurar a responsabilidade mútua, a sociedade civil e os parlamentares devem ser implicados em cada fase da implementação, monitorização e avaliação das medidas de apoio orçamental.*

Or. en

**Alteração 67**  
**Sabine Lösing, Willy Meyer**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 4 – n.º 4**

*Texto da Comissão*

4. Os tipos de financiamento referidos no n.º 1 e no artigo 6.º, n.º 1, e os métodos de execução referidos no n.º 3, serão escolhidos em função da sua capacidade para atingir os objetivos específicos das ações, tendo em conta, nomeadamente, os custos dos controlos, a carga administrativa e o risco previsível de incumprimento. Em relação às subvenções, deve ter-se em conta o recurso a montantes únicos, taxas fixas e tabelas de custos unitários.

*Alteração*

4. Os tipos de financiamento referidos no n.º 1 e no artigo 6.º, n.º 1, e os métodos de execução referidos no n.º 3, serão escolhidos em função da sua capacidade para atingir os objetivos específicos das ações, tendo em conta, nomeadamente, os custos dos controlos, a carga administrativa e o risco previsível de incumprimento. Em relação às subvenções, deve ter-se em conta o recurso a montantes únicos, taxas fixas e tabelas de custos unitários, ***em especial as subvenções e empréstimos não vencerão juros ou, pelo menos, terão taxas de juro estáveis e tão baixas quanto possível.***

Or. en

**Alteração 68**  
**Sabine Lösing, Willy Meyer**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 4 – n.º 6 – alínea c)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

***(c) Contribuições para as despesas necessárias para criar e gerir uma parceria entre os setores público e privado;***

***Suprimido***

Or. en

**Alteração 69**  
**Marian Harkin, Catherine Bearder, Richard Howitt**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 4 – n.º 6 – alínea e-A) (nova)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

***(e-A) Assegurar a participação da sociedade civil, incluindo organizações de pessoas com deficiência, como se declara no artigo 4.3 da UNCRPD. Promover-se-á a construção de capacidades a fim de assegurar a plena participação.***

Or. en

**Alteração 70**  
**Franziska Katharina Brantner**  
em nome do Grupo Verts/ALE

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 6 – n.º 1 – alínea b) – parte introdutória**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

**(b) Ao abrigo do ICD *e do IE*, em casos excecionais, programas setoriais e gerais de importação, que podem assumir a forma de:**

**(b) Ao abrigo do ICD, em casos excecionais, programas setoriais e gerais de importação, que podem assumir a forma de:**

Or. en

**Alteração 71**  
**Alexander Graf Lambsdorff**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 6 – n.º 1 – alínea c)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

*(c) Ao abrigo do IEDDH, concessão direta de:*

**Suprimido**

*(i) subvenções de reduzido valor a defensores dos direitos humanos, para financiar ações urgentes de proteção;*

*(ii) subvenções para financiar ações nas condições mais desfavoráveis ou nas situações a que se refere o artigo 2.º, n.º 4, do IEDDH, em que a publicação de um convite à apresentação de propostas seria inadequada. Tais subvenções não podem exceder o montante de 2 000 000 de EUR e devem ter uma duração até 18 meses, que pode ser prorrogada por mais seis meses no caso de surgirem obstáculos objetivos e imprevisíveis à sua execução; subvenções a favor do*

*Gabinete do Alto-comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos;*

*Centro Interuniversitário Europeu para os Direitos Humanos e a Democratização, que oferece um mestrado europeu em Direitos Humanos e Democratização e do programa de bolsas de estudo UE-ONU e respetiva rede de universidades associadas que conferem de diplomas de pós-graduação em direitos humanos, plenamente acessíveis a nacionais de países terceiros.*

Or. en

*Justificação*

*Dada a especificidade do IEDDH estas provisões foram acrescentadas ao regulamento*

*relativo ao mesmo e assim não devem ser incluídas no CIR.*

#### **Alteração 72**

**Franziska Katharina Brantner**

em nome do Grupo Verts/ALE

#### **Proposta de regulamento**

**Artigo 6 – n.º 1 – alínea c) – subalínea ii)**

##### *Texto da Comissão*

(ii) subvenções para financiar ações nas condições mais desfavoráveis ou nas situações a que se *refere o* artigo 2.º, n.º 4, do IEDDH, em que a publicação de um convite à apresentação de propostas seria inadequada. Tais subvenções não podem exceder o montante de 2 000 000 de EUR e devem ter uma duração até 18 meses, que pode ser prorrogada por mais seis meses no caso de surgirem obstáculos objetivos e imprevisíveis à sua execução;

##### *Alteração*

(ii) subvenções para financiar ações nas condições mais desfavoráveis ou nas situações a que se referem os artigos 2.º, n.º 4, do IEDDH, **e artigo 1º, n.º 2, alíneas a) e b) do IE**, em que a publicação de um convite à apresentação de propostas seria inadequada. Tais subvenções não podem exceder o montante de 2 000 000 de EUR e devem ter uma duração até 18 meses, que pode ser prorrogada por mais seis meses no caso de surgirem obstáculos objetivos e imprevisíveis à sua execução;

Or. en

#### **Alteração 73**

**Andrez Graus, Pawel Robert Kowal, Marek Siwiec**

#### **Proposta de regulamento**

**Artigo 6 – n.º 1 – alínea c-A) (nova)**

##### *Texto da Comissão*

##### *Alteração*

**(c-A) Ao abrigo do IEV, do IE e do IP, as subvenções ao Fundo Europeu para a Democracia.**

Or. en

#### **Alteração 74**

**Elmar Brok**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 7 – n.º 2 – parágrafo 1**

*Texto da Comissão*

A Comissão e o Tribunal de Contas dispõem de poderes para auditar, com base em documentos ou no local, os beneficiários de subvenções, contratantes e subcontratantes, bem como terceiros que tenham recebido fundos da União.

*Alteração*

A Comissão e o Tribunal de Contas dispõem de poderes para auditar, ***ou verificar segundo acordos estabelecidos com instituições internacionais competentes***, com base em documentos ou no local, os beneficiários de subvenções, contratantes e subcontratantes, bem como terceiros que tenham recebido fundos da União.

Or. en

**Alteração 75**  
**Norica Nicolai**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 7 – n.º 2-A (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

***2-A. A Comissão garantirá que precedentes de casos existentes e comprovados de corrupção, fraude e má utilização de fundos em qualquer país ou território dado não impedirão nem serão obstáculo a que entidades semelhantes tenham acesso e recebam financiamento dos instrumentos financeiros da UE no futuro, numa base casuística, desde que tenham sido tomadas medidas punitivas adequadas bem como medidas de verificação, assegurando controlos mais estritos sobre a implementação das acções financiadas.***

Or. en

**Alteração 76**  
**Elmar Brok**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 8 – n.º 1**

*Texto da Comissão*

1. A participação nos procedimentos de adjudicação de contratos ou de concessão de subvenções e outros procedimentos de adjudicação no âmbito de ações financiadas ao abrigo do presente regulamento em benefício de terceiros deve ser aberta a todas as pessoas singulares que sejam nacionais de um país elegível e a todas as pessoas coletivas que se encontrem estabelecidas nesse país, de acordo com o disposto para o instrumento aplicável nos artigos seguintes do presente título, bem como a organizações internacionais.

*Alteração*

1. A participação nos procedimentos de adjudicação de contratos ou de concessão de subvenções e outros procedimentos de adjudicação no âmbito de ações financiadas ao abrigo do presente regulamento em benefício de terceiros deve ser aberta a todas as pessoas singulares que sejam nacionais de um país elegível e a todas as pessoas coletivas que se encontrem estabelecidas nesse país **como organizações da sociedade civil, incluindo organizações não-governamentais sem fins lucrativos e fundações políticas independentes, organizações de base comunitária e agências, instituições e organizações do setor privado sem fins lucrativo e redes das mesmas a nível local, nacional, regional e internacional**, de acordo com o disposto para o instrumento aplicável nos artigos seguintes do presente título, bem como a organizações internacionais.

Or. en

**Alteração 77**  
**Elmar Brok**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 8 – n.º 1-A (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

***1-A. Em casos excecionais e devidamente justificados relacionados com o reforço da democracia, do Estado de Direito e com o respeito pelos direitos humanos, as subvenções serão também abertas a***

*entidades que não tenham personalidade jurídica ao abrigo do direito nacional aplicável, desde que os seus representantes tenham capacidade para assumir obrigações jurídicas em nome dessa entidade e ofereçam garantias para a proteção dos interesses financeiros da União equivalentes às oferecidas por pessoas coletivas.*

Or. en

**Alteração 78**  
**Sabine Lösing, Willy Meyer**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 8 – n.º 2**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

*2. No caso de ações cofinanciadas conjuntamente com um parceiro, executadas através de um dos organismos encarregados no âmbito da gestão indireta ou executadas através de um fundo fiduciário criado pela Comissão em conformidade com o Regulamento Financeiro, os países que são elegíveis de acordo com as regras do referido organismo, tal como identificados nos acordos celebrados com o organismo de cofinanciamento ou de execução, ou determinadas no ato constitutivo do fundo fiduciário, são elegíveis sem prejuízo das disposições específicas previstas nos artigos seguintes. O organismo de cofinanciamento ou de execução deve, além disso, acordar em aplicar as normas de elegibilidade estabelecidas no presente regulamento, tal como especificadas nos mesmos acordos.*

*Suprimido*

Or. en

**Alteração 79**  
**Franziska Katharina Brantner**  
em nome do Grupo Verts/ALE

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 8 – n.º 2-A (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

***2-A. A participação acima referida é efetuada sem prejuízo da participação das categorias de organizações elegíveis, em função da respetiva natureza ou localização, tendo em conta os objetivos da ação a empreender.***

Or. en

**Alteração 80**  
**Norica Nicolai**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 8 – n.º 4**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

4. Todos os fornecimentos e bens adquiridos no âmbito de um contrato ou em conformidade com uma convenção de subvenção financiados ao abrigo do presente regulamento devem ser originários de um país elegível. ***Podem***, no entanto, ***ser originários de qualquer outro país***, quando é permitida a utilização do procedimento por negociação concorrencial. Para efeitos do presente regulamento, o termo «origem» é definido na legislação relevante da União respeitante às regras de origem para efeitos aduaneiros.

4. Todos os fornecimentos e bens adquiridos no âmbito de um contrato ou em conformidade com uma convenção de subvenção financiados ao abrigo do presente regulamento devem ser originários de um país elegível. No entanto, ***tal não se aplica***, quando é permitida a utilização do procedimento por negociação concorrencial, ***utilização que será promovida***. Para efeitos do presente regulamento, o termo «origem» é definido na legislação relevante da União respeitante às regras de origem para efeitos aduaneiros.

Or. en



**Alteração 81**  
**Sabine Lösing, Willy Meyer**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 8 – n.º 8**

*Texto da Comissão*

8. Os proponentes, requerentes e candidatos aos quais tenham sido adjudicados contratos devem observar a legislação ambiental aplicável, incluindo os acordos multilaterais em matéria de ambiente, bem como as normas de trabalho fundamentais acordadas internacionalmente.

*Alteração*

8. Os proponentes, requerentes e candidatos aos quais tenham sido adjudicados contratos devem observar a legislação ambiental aplicável, incluindo os acordos multilaterais em matéria de ambiente, bem como as normas de trabalho fundamentais acordadas internacionalmente, ***os princípios da igualdade, solidariedade e respeito pelos princípios da Carta da ONU e do direito internacional, a universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos e liberdades fundamentais e o respeito da dignidade humana***

Or. en

**Alteração 82**  
**Marian Harkin, Catherine Bearder, Evgeni Kirilov, Richard Howitt**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 8 – n.º 8**

*Texto da Comissão*

8. Os proponentes, requerentes e candidatos aos quais tenham sido adjudicados contratos devem observar a legislação ambiental aplicável, incluindo os acordos multilaterais em matéria de ambiente, bem como as normas de trabalho fundamentais acordadas internacionalmente.

*Alteração*

8. Os proponentes, requerentes e candidatos aos quais tenham sido adjudicados contratos devem observar a legislação ambiental aplicável, incluindo os acordos multilaterais em matéria de ambiente, bem como as normas de trabalho fundamentais acordadas internacionalmente ***e os princípios da não-discriminação e a acessibilidade para pessoas com deficiência.***

Or. en

### **Alteração 83**

**Rosa Estaràs Ferragut, José Ignacio Salafranca Sánchez-Neyra, Richard Howitt**

#### **Proposta de regulamento**

##### **Artigo 8 – n.º 8**

###### *Texto da Comissão*

8. Os proponentes, requerentes e candidatos aos quais tenham sido adjudicados contratos devem observar a legislação ambiental aplicável, incluindo os acordos multilaterais em matéria de ambiente, bem como as normas de trabalho fundamentais acordadas internacionalmente.

###### *Alteração*

8. Os proponentes, requerentes e candidatos aos quais tenham sido adjudicados contratos devem observar a legislação ambiental aplicável, incluindo os acordos multilaterais em matéria de ambiente, bem como as normas de trabalho fundamentais acordadas internacionalmente **e os princípios da não-discriminação e a acessibilidade para pessoas com deficiência.**

Or. en

###### *Justificação*

*The European Union concluded the United Nations Convention on the Rights of Persons with Disabilities (UNCRPD) on 23rd December 2012 and it entered into force for the European Union in January 2011. The conclusion of this Convention means a change in the way that the main policies of the European Union are addressed since the Human Rights approach to disability has to be now a priority of all actions. There are a number of articles in the UNCRPD of utmost importance for the European external action. In particular for this new article is Article 9 on Accessibility which is also linked to Article 32 on International Cooperation. Other important regulations such as the General Regulation for the Structural Funds have included accessibility for people with disabilities as a horizontal criteria. It will be a contradiction for the EU that it preserves accessible criteria for built environment, information, ICT, and so on inside the borders of the European Union while promoting barriers for disabled people outside the EU. It will be also in contradiction with legal obligations coming from the UN CRPD*

### **Alteração 84**

**Alexander Graf Lambsdorff**

#### **Proposta de regulamento**

##### **Artigo 11 – n.º 2**

**2. Ao abrigo do IEDDH, os seguintes organismos e intervenientes são elegíveis para financiamento em conformidade com o artigo 4.º, n.º 1, e o artigo 6.º, n.º 1, alínea c):**

**Suprimido**

**(a) Organizações da sociedade civil, incluindo organizações não-governamentais sem fins lucrativos e fundações políticas independentes, organizações de base comunitária, agências, instituições e organizações sem fins lucrativos do setor privado e as respetivas redes a nível local, nacional, regional e internacional;**

**(b) Agências, instituições e organizações do setor público sem fins lucrativos e redes que operem a nível local, nacional, regional e internacional;**

**(c) Órgãos parlamentares nacionais, regionais e internacionais, quando tal seja necessário para alcançar os objetivos do instrumento e a medida proposta não possa ser financiada a título de outro instrumento de assistência externa da União;**

**(d) Organizações intergovernamentais internacionais e regionais;**

**(e) Pessoas singulares e entidades sem personalidade jurídica e, em casos excecionais e devidamente justificados, outros organismos ou intervenientes não mencionados no presente número, quando tal seja necessário para alcançar os objetivos do instrumento.**

Or. en

*Justificação*

*Dada a especificidade do IEDDH estas disposições foram acrescentadas ao regulamento sobre o mesmo e não devem assim ser incluídas no CIR.*

### **Alteração 85**

**Franziska Katharina Brantner**

em nome do Grupo Verts/ALE

#### **Proposta de regulamento**

#### **Artigo 11– n.º 2 – parte introdutória**

##### *Texto da Comissão*

2. Ao abrigo do IEDDH, os seguintes organismos e intervenientes são elegíveis para financiamento em conformidade com o artigo 4.º, n.º 1, e o artigo 6.º, n.º 1, alínea c):

##### *Alteração*

2. Ao abrigo do IEDDH *e do IE*, os seguintes organismos e intervenientes são elegíveis para financiamento em conformidade com o artigo 4.º, n.º 1, e o artigo 6.º, n.º 1, alínea c):

Or. en

### **Alteração 86**

**Sabine Lösing**

#### **Proposta de regulamento**

#### **Artigo 11 – n.º 2 – parte introdutória**

##### *Texto da Comissão*

2. Ao abrigo do IEDDH, os seguintes organismos e intervenientes são elegíveis para financiamento em conformidade com o artigo 4.º, n.º 1, *e o artigo 6.º, n.º 1, alínea c):*

##### *Alteração*

2. Ao abrigo do IEDDH, os seguintes organismos e intervenientes são elegíveis para financiamento em conformidade com o artigo 4.º, n.º 1;

Or. en

### **Alteração 87**

**Sabine Lösing, Willy Meyer**

#### **Proposta de regulamento**

#### **Artigo 11 – n.º 2 – alínea a)**

##### *Texto da Comissão*

(a) Organizações da sociedade civil,

##### *Alteração*

(a) Organizações da sociedade civil,

incluindo organizações não-governamentais sem fins lucrativos e fundações *políticas* independentes, organizações de base comunitária, *agências*, instituições e organizações *sem fins lucrativos do setor privado* e as respetivas redes a nível local, nacional, regional e internacional;

incluindo organizações não-governamentais sem fins lucrativos e fundações independentes, organizações de base comunitária, instituições e organizações e as respetivas redes a nível local, nacional, regional e internacional;

Or. en

**Alteração 88**  
**Sabine Lösing, Willy Meyer**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 11 – n.º 2 – alínea e)**

*Texto da Comissão*

(e) Pessoas singulares *e entidades sem personalidade jurídica e, em casos excecionais e devidamente justificados, outros organismos ou intervenientes não mencionados no presente número, quando tal seja necessário para alcançar os objetivos do instrumento.*

*Alteração*

(e) Pessoas singulares.

Or. en

**Alteração 89**  
**María Muñiz De Urquiza, Ioan Mircea Paşcu**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 12 – n.º 1**

*Texto da Comissão*

1. A Comissão procede regularmente a um controlo e reapreciação das suas ações e avaliará os resultados da execução das ações e políticas setoriais e a eficácia da programação, quando adequado, através de avaliações externas independentes, a fim de verificar se os objetivos foram atingidos

*Alteração*

1. A Comissão procede regularmente a um controlo e reapreciação das suas ações e avaliará os resultados da execução das ações e políticas setoriais e a eficácia da programação, quando adequado, através de avaliações externas independentes, a fim de verificar se os objetivos foram atingidos

e formular recomendações tendo em vista a melhoria das futuras operações.

e formular recomendações tendo em vista a melhoria das futuras operações. ***Essas avaliações serão realizadas com base em indicadores predefinidos, claros, transparentes e quantificáveis, e enviadas ao Parlamento Europeu e ao Conselho. Serão devidamente tidas em conta as propostas apresentadas pelo Parlamento Europeu ou pelo Conselho para a realização de avaliações externas independentes.***

Or. en

**Alteração 90**  
**Norica Nicolai**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 12 – n.º 2**

*Texto da Comissão*

2. A Comissão transmite os relatórios de avaliação ao Parlamento Europeu e ao Conselho, para informação. Os Estados-Membros podem solicitar que certas avaliações sejam examinadas pelos Comitês a que se refere o artigo 15.º. Os resultados devem ser tidos em conta na conceção dos programas e na afetação dos fundos.

*Alteração*

2. A Comissão transmite os relatórios de avaliação ao Parlamento Europeu e ao Conselho, para informação. Os Estados-Membros **e o Parlamento** podem solicitar que certas avaliações sejam examinadas pelos Comitês a que se refere o artigo 15.º. Os resultados devem ser tidos em conta na conceção dos programas e na afetação dos fundos.

Or. en

**Alteração 91**  
**Norica Nicolai**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 12 – n.º 3**

*Texto da Comissão*

3. A Comissão associará na medida adequada todas as partes interessadas à

*Alteração*

3. A Comissão associará na medida adequada todas as partes interessadas,

fase de avaliação da assistência da União prestada ao abrigo do presente regulamento.

*especialmente os Estados-Membros*, à fase de avaliação da assistência da União prestada ao abrigo do presente regulamento.

Or. en

**Alteração 92**  
**Nadezhda Neynsky**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 13 – título**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

*(Não se aplica à versão portuguesa)*

Or. en

**Alteração 93**  
**Nadezhda Neynsky**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 13 – n.º 2**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

2. O relatório bienal deve conter informações relativas ***ao ano anterior*** sobre as medidas financiadas, os resultados dos exercícios de controlo e avaliação, a participação dos parceiros relevantes e a execução orçamental em termos de autorizações e pagamentos. O relatório avalia os resultados da assistência financeira da União, utilizando para o efeito, na medida do possível, indicadores precisos e quantificáveis do seu contributo para a realização dos objetivos dos instrumentos.

2. O relatório bienal deve conter informações relativas ***aos dois anos anteriores*** sobre as medidas financiadas, os resultados dos exercícios de controlo e avaliação, a participação dos parceiros relevantes e a execução orçamental em termos de autorizações e pagamentos. O relatório avalia os resultados da assistência financeira da União, utilizando para o efeito, na medida do possível, indicadores precisos e quantificáveis do seu contributo para a realização dos objetivos dos instrumentos, ***incluindo o desenvolvimento económico e os direitos humanos***.

Or. en

**Alteração 94**  
**Nadezhda Neynsky**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 13 – n.º 2**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

*(Não se aplica à versão portuguesa)*

Or. en

**Alteração 95**  
**Norica Nicolai**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 13 – n.º 2-A (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

***2-A. A Comissão utilizará os seus relatórios bienais como instrumentos de seguimento conclusivos, produzindo recomendações e avaliações concretas, com o objetivo de melhorar constantemente e reformular a implementação dos instrumentos financeiros da UE.***

Or. en

**Alteração 96**  
**Marian Harkin, Catherine Bearder, Richard Howitt**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 14 – n.º 1-A (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

***Relatórios sobre as acções de direitos humanos e especificamente na sociedade civil e a implementação da Convenção da***



**ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência.**

Or. en

**Alteração 97**

**Ana Gomes**

**Proposta de regulamento**

**Artigo 14-A (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

**Artigo 14.º-A**

***Participação da sociedade civil***

***1. A Comissão e, nomeadamente, as delegações da União nos países beneficiários terão em consideração, sempre que possível, de uma forma transparente e verificável através de um procedimento institucionalizado, as posições das organizações da sociedade civil no processo de programação, assegurando que se tomam medidas adequadas para reforçar as capacidades dessas organizações, particularmente a nível de base, para que tenham um papel significativo nesse processo.***

***2. As organizações da sociedade civil terão a oportunidade de apresentar observações escritas.***

***3. Os representantes da sociedade civil participarão, desde que não haja um conflito direto de interesses, nos comités de avaliação das propostas e nas avaliações de projetos.***

***4. Para os efeitos do presente artigo, as organizações da sociedade civil serão selecionadas utilizando critérios transparentes e objetivos.***

Or. en

**Alteração 98**  
**Alexander Graf Lambsdorff**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 15 – n.º 1-A (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

***1-A. Um observador do BEI participará nos trabalhos do Comité sempre que sejam tratadas questões relativas ao Banco.***

Or. en

**Alteração 99**  
**Sabine Lösing, Willy Meyer**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 16 – n.º 2**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

2. O referido relatório é apresentado ao Parlamento Europeu e ao Conselho, e deve ser acompanhado, ***se for caso disso***, de propostas legislativas destinadas introduzir as necessárias alterações aos instrumentos.

2. O referido relatório é apresentado ao Parlamento Europeu e ao Conselho, e deve ser acompanhado de propostas legislativas destinadas introduzir as necessárias alterações aos instrumentos.

Or. en

**Alteração 100**  
**Nadezhda Neynsky**

**Proposta de regulamento**  
**Artigo 16 – n.º 5-A (novo)**

*Texto da Comissão*

*Alteração*

***5-A. Até 31 de dezembro de 2017, no máximo, a Comissão produzirá um documento para consolidar a informação sobre todos os fundos regidos pelo presente regulamento e todos os fundos***

*externos num âmbito alargado, que não se pode cingir apenas ao financiamento nos termos da rubrica 4, bem como para proporcionar uma repartição das despesas, inter alia, por país beneficiário, área geral de aplicação dos fundos, utilização de instrumentos financeiros, autorizações e pagamentos e nível de participação dos parceiros.*

Or. en